



Protásio Nêne/AE

Joaquim Roriz (sentado): festa para comemorar a vitória na Justiça Eleitoral

Aliados fazem lobby por Roriz

BRASÍLIA — Um forte lobby político precedeu ao julgamento do registro da candidatura do ex-governador de Brasília, Joaquim Roriz, quarta-feira pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Apesar de garantirem a total independência do Poder Judiciário, os sete ministros do TSE não escaparam do "lobby" exercido por forças do atual e do antigo governo — todos interessados em garantir a candidatura de Roriz ao estratégico governo de Brasília. O ex-presidente José Sarney, por exemplo, se encarregou de telefonar e conversar com alguns dos juizes, para garantir a vitória do ex-governador indicado por ele, 18 meses antes de deixar o poder.

Roriz é também o candidato apoiado pelo presidente Fernando Collor. Ao lado do lobby político, os ministros enfrentavam ainda a pressão por eles mesmos considerada legítima opinião pública, que aponta Roriz como o preferido do eleitorado brasileiro para as eleições de três de outubro. O próprio presidente do TSE, ministro Sydney Sanches, chegou a admitir dias antes do julgamento que a opinião pública "influencia na posição dos ministros". Apesar de Roriz ter mais de 50% em todas as pesquisas de opinião realizadas em Brasília, o lobby

político foi o fator decisivo do julgamento de quarta-feira, facilitado também pela falta de clareza da legislação.

Até o ex-presidente João Figueiredo agiu junto aos ministros do TSE em favor de

Roriz. Segundo fontes do Tribunal, o ex-presidente José Sarney também telefonou para o ministro Sydney Sanches a pretexto de informar-se da situação do amigo que ele colocou no Palácio do Buritry. Sarney também falou com o ministro Célio Borja, seu assessor especial no Palácio do Planalto, com quem jantou uma semana antes do julgamento no sítio do Pericumã, para falar sobre Roriz. Nomeado por Sarney para o Supremo Tribunal Federal (STF) como ministro, Célio Borja respondeu ao ex-presidente, na ocasião, que ainda não havia formado convicção sobre o caso.

Fontes da Justiça Eleitoral sustentam, porém, que a decisão de quarta-feira do TSE foi provocada muito mais por uma lacuna jurídica do que propriamente devido ao lobby político. Enquanto o parágrafo 5º do artigo 14 da Constituição proíbe a candidatura de ex-governadores, presidentes e prefeitos para o período subsequente, nenhuma legislação complementar específica exatamente o que venha a ser "período subsequente". O maior impasse do julgamento do recurso apresentado por Roriz contra a decisão do TRE que o declarou inelegível foi definir o que o constituinte queria dizer com período subsequente".